

IC - Inquérito Civil nº 06.2012.00009413-5

**MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE
CONDUTA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Orleans, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e o **RIO BELO SUPERMERCADO**, por seu Representante Legal, Sr. Fernando Tezza Dorigon, inscrito no CNPJ nº 86.987.443/0001-33, com endereço na Rua Leite Ribeiro, nº 331, bairro Rio Belo, Orleans/SC, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**;

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses e direitos dos consumidores será exercida pelo Ministério Público (art. 82, inciso I, CDC), quando se tratar de "*interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato*";

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, como um dos instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo, assegurar o respeito aos direitos dos consumidores, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e arts. 5º, inciso II, e 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ORLEANS

defesa dos interesses difusos prevista nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 81, parágrafo único, inciso I, e 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93 e arts. 5º, 6º e 7º, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, inciso I, institui que é direito básico do consumidor, dentre outros, *"a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos"*;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 8º dispõe que os serviços não poderão acarretar riscos à saúde ou a segurança dos consumidores;

CONSIDERANDO que o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor preconiza que *"os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam [...]"*, assim como, em seu § 6º, estabelece que **são impróprios ao uso e consumo:** *"I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos; II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação; III- os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao a que se destinam"*;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor,

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ORLEANS

em seu art. 31 dispõe que *"a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores"*;

CONSIDERANDO que, pelo art. 39, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, *"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: [...] colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes..."*;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 55 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

CONSIDERANDO que é obrigatória a prévia inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal e dos produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, assim como o prévio registro no órgão competente para fiscalização prévia de estabelecimento que realize o abate de qualquer espécie de gado, nos termos das Leis nºs 1.283/50 e 7.889/89, das Leis Estaduais nºs 8.534/92 e 10.610/97, bem como dos decretos que as regulamentam;

CONSIDERANDO que a ingestão de carne imprópria ao

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ORLEANS

consumo pode ocasionar sérios problemas à saúde dos consumidores (salmonelose, gastroenterite, toxinfecção alimentar, teníase, cisticercose, câncer, alterações hormonais e toxoplasmose), podendo levar, inclusive, à morte;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 8.137/90, em seu art. 7º, IX, diz constituir crime contra as relações de consumo "*vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo*";

CONSIDERANDO que, no ano de 2012, por meio de ação fiscalizatória desencadeada pelo Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal – POA, foram constatadas irregularidades no estabelecimento Rio Belo Supermercado Ltda, quais sejam: produtos conservados em temperatura inadequada (estavam resfriados e deviam estar congelados); produtos sem procedência; apreendidos 40,600 quilos de linguiça (temperatura inadequada) e 0,735 gramas de charque (sem procedência), conforme consta no Relatório de Vistoria;

CONSIDERANDO que, no ano de 2016, durante nova ação do POA, foram constatadas as seguintes irregularidades: conservação de produtos de origem animal em temperatura inadequada e em desacordo com as especificações do fabricante; câmara fria de produtos congelados desorganizada, conforme consta no Relatório de Vistoria e auto de intimação nº 1423;

CONSIDERANDO que diante das irregularidades acima identificadas o Investigado agiu em dissonância com as normas consumeristas e similares que foram acima transcritas, tendo, inclusive, a mercadoria sido inutilizada;

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ORLEANS

CONSIDERANDO que, em relação aos estabelecimentos que comercializam produtos irregularmente, é cabível proposta de compromisso de ajustamento de conduta ou ação civil pública para adequação às normas, ou, não sendo isto possível, a sua interdição, além da reparação de eventuais prejuízos ocasionados aos consumidores;

RESOLVEM

Celebrar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)** mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E DA COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO.

1.1 O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir as exigências exaradas pela autoridade sanitária no tocante às irregularidades constatadas durante vistoria efetuada em seu estabelecimento, conforme descrito no Auto de Intimação n. 1423-D e Auto de Infração n. 017-A.

1.2 O COMPROMISSÁRIO compromete-se a comercializar (receber, ter em depósito, vender, etc.) somente produtos próprios de adequados ao consumo, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como a manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo, no que se refere a prazo de validade, procedência, selos de fiscalização, temperatura, produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento;

1.3 Para a comprovação do avençado nesta cláusula primeira, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgão fiscalizadores, assim

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ORLEANS

como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgão públicos.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO
INDENIZATÓRIAS E DA COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO**

2.1 O COMPROMISSÁRIO, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos dos consumidores tutelados pelo presente instrumento, compromete-se, ainda, a depositar o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), parcelado em 03 (três) vezes, vencendo-se a primeira em 30/7/2017, em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pelo Lei Estadual n. 15.694/2011, mediante depósito via Guia de Recolhimento Judicial (GRJ), grupo 3, Banco do Brasil, Agência: 3585-3, Conta Corrente: 63.000-4.

2.2 Para comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a encaminhar à esta Promotoria de Justiça cópia da Guia de Recolhimento Judicial (GRJ), em até 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido no item acima.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA CLÁUSULA PENAL

3.1 Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito à multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a cada vez que descumprir quaisquer das obrigações deste instrumento, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, revertendo o valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pelo Lei Estadual n. 15.694/2011 (Banco do

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ORLEANS

Brasil, Agência: 3585-3, Conta Corrente: 63.000-4), mediante depósito via Guia de Recolhimento Judicial (GRJ), grupo 3.

3.2 Para a execução de referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

CLÁUSULA QUARTA: DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1 O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO

5.1 As partes elegem o foro da Comarca de Orleans/SC para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

5.2 Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa ao Conselho Superior do Ministério Público.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, e será remetido, juntamente com a promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório, ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação, conforme determinado pelo artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85.

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ORLEANS

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

7.1 Por fim, por estarem compromissados, firmam este TERMO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Orleans (SC), 6 de junho de 2017.

MARCELO FRANCISCO DA SILVA
Promotor de Justiça

FERNANDO TEZZA DORIGON
Representante Legal (Rio Belo Supermercado)